

#### MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal do Brasil

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAC Nº 55, DE 30 DE MAIO DE 2012.

Divulga a Agenda Tributária do mês de junho de 2012.

Alterado pelo Ato Declaratório Executivo Codac nº 62, de 11 de junho de 2012.

Alterado em 15 de janeiro de 2013, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.305, de 26 de dezembro de 2012.

**O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA,** no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010,

#### **DECLARA:**

- Art. 1º Os vencimentos dos prazos para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e para apresentação das principais declarações, demonstrativos e documentos exigidos por esse órgão, definidas em legislação específica, no mês de junho de 2012, são os constantes do Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE).
- § 1º Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos constantes do Anexo Único a este ADE deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência.
  - § 2º O pagamento referido no caput deverá ser efetuado por meio de:
- I Guia da Previdência Social (GPS), no caso das contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, das contribuições instituídas a título de substituição e das contribuições devidas, por lei, a terceiros; ou
- II Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), no caso dos demais tributos administrados pela RFB.
- § 3º A Agenda Tributária será disponibilizada na página da RFB na Internet no endereço eletrônico <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">http://www.receita.fazenda.gov.br</a>.
- Art. 2º As referências a "Entidades financeiras e equiparadas", contidas nas discriminações da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, dizem respeito às pessoas jurídicas de que trata o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
- Art. 3º Ocorrendo evento de extinção, incorporação, fusão ou cisão de pessoa jurídica em atividade no ano do evento, a pessoa jurídica extinta, incorporadora, incorporada, fusionada ou cindida deverá apresentar:
  - I o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon Mensal) até o 5º

(quinto) dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao do evento;

- II a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Mensal (DCTF Mensal) até o 15º (décimo quinto) dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao do evento;
- III a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) até o último dia útil:
- a) do mês de junho, para eventos ocorridos nos meses de janeiro a maio do respectivo ano-calendário; ou
- b) do mês subsequente ao do evento, para eventos ocorridos no período de 1º de junho a 31 de dezembro;
  - IV o Demonstrativo do Crédito Presumido do IPI (DCP) até o último dia útil:
- a) do mês de março, para eventos ocorridos no mês de janeiro do respectivo anocalendário; ou
- b) do mês subsequente ao do evento, para eventos ocorridos no período de  $1^{\circ}$  de fevereiro a 31 de dezembro.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de apresentação da DIPJ, da DCTF Mensal e do Dacon Mensal, na forma prevista no **caput**, não se aplica à incorporadora nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estejam sob o mesmo controle societário desde o anocalendário anterior ao do evento.

- Art. 4º Ocorrendo evento de extinção, incorporação, fusão ou cisão de pessoa jurídica que permanecer inativa durante o período de 1º de janeiro até a data do evento, a pessoa jurídica extinta, incorporada, fusionada ou cindida deverá apresentar a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica (DSPJ) Inativa até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.
- Art. 5º No caso de extinção, decorrente de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total, a pessoa jurídica extinta deverá apresentar a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), relativa ao respectivo ano-calendário, até o último dia útil do mês subseqüente ao da ocorrência do evento.

Parágrafo único. A Dirf, de que trata o **caput**, deverá ser entregue até o último dia útil do mês de março quando o evento ocorrer no mês de janeiro do respectivo ano-calendário.

- Art. 6º Na hipótese de saída definitiva do País ou de encerramento de espólio, a Dirf de fonte pagadora pessoa física, relativa ao respectivo ano-calendário, deverá ser apresentada:
  - I no caso de saída definitiva do Brasil, até:
  - a) a data da saída do País, em caráter permanente; e
- b) 30 (trinta) dias contados da data em que a pessoa física declarante completar 12 (doze) meses consecutivos de ausência, no caso de saída do País em caráter temporário;
- II no caso de encerramento de espólio, no mesmo prazo previsto para a entrega, pelos demais declarantes, da Dirf relativa ao ano-calendário.
- Art. 7º A Declaração Final de Espólio deve ser apresentada até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao:
- I da decisão judicial da partilha, sobrepartilha ou adjudicação dos bens inventariados, que tenha transitado em julgado até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subseqüente ao da decisão judicial;
  - II da lavratura da escritura pública de inventário e partilha;

- III do trânsito em julgado, quando este ocorrer a partir de 1º de março do anocalendário subsequente ao da decisão judicial da partilha, sobrepartilha ou adjudicação dos bens inventariados.
- Art. 8º A Declaração de Saída Definitiva do País, relativa ao período em que tenha permanecido na condição de residente no Brasil, deverá ser apresentada:
- I no ano-calendário da saída, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da saída definitiva, bem como as declarações correspondentes a anos-calendário anteriores, se obrigatórias e ainda não entregues;
- II no ano-calendário da caracterização da condição de não-residente, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da caracterização.

Parágrafo único. A pessoa física residente no Brasil que se retire do território nacional deverá apresentar também a Comunicação de Saída Definitiva do País:

- I a partir da data da saída e até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente, se esta ocorreu em caráter permanente; ou
- II a partir da data da caracterização da condição de não-residente e até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente, se a saída ocorreu em caráter temporário.
- Art. 9º No caso de incorporação, fusão, cisão parcial ou total, extinção decorrente de liquidação, a pessoa jurídica deverá apresentar a Declaração sobre a Opção de Tributação de Planos Previdenciários (DPREV), contendo os dados do próprio ano-calendário e do ano-calendário anterior, até o último dia útil do mês subsequente ao de ocorrência do evento.
- Art. 10. Nos casos de extinção, fusão, incorporação e cisão total da pessoa jurídica, a Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob) de Situação Especial deverá ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente à ocorrência do evento.
- Art. 11. No recolhimento das contribuições previdenciárias decorrentes de Reclamatória Trabalhista sob os códigos 1708, 2801, 2810, 2909 e 2917, deve-se considerar como mês de apuração o mês da prestação do serviço e como vencimento a data de vencimento do tributo na época de ocorrência do fato gerador, havendo sempre a incidência de acréscimos legais.
- § 1º Na hipótese de não reconhecimento de vínculo, e quando não fizer parte da sentença condenatória ou do acordo homologado a indicação do período em que foram prestados os serviços aos quais se refere o valor pactuado, será adotada a competência referente, respectivamente, à data da sentença ou da homologação do acordo, ou à data do pagamento, se este anteceder aquelas.
- § 2º O recolhimento das contribuições sociais devidas deve ser efetuado no mesmo prazo em que devam ser pagos os créditos encontrados em liquidação de sentença ou em acordo homologado, sendo que nesse último caso o recolhimento será feito em tantas parcelas quantas as previstas no acordo, nas mesmas datas em que sejam exigíveis e proporcionalmente a cada uma.
- $\S$  3º Caso a sentença condenatória ou o acordo homologado seja silente quanto ao prazo em que devam ser pagos os créditos neles previstos, o recolhimento das contribuições sociais devidas deverá ser efetuado até o dia 20 do mês seguinte ao da liquidação da sentença ou da homologação do acordo ou de cada parcela prevista no acordo, ou no dia útil imediatamente anterior, caso não haja expediente bancário no dia 20 .
- Art. 12. Nos casos de extinção, cisão total, cisão parcial, fusão ou incorporação, a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) deverá ser entregue até o último dia do mês subsequente ao do evento, exceto nos casos em que essas situações especiais ocorram no 1º

(primeiro) quadrimestre do ano-calendário, hipótese em que a declaração deverá ser entregue até o último dia do mês de junho.

Parágrafo único. Com relação ao ano-calendário de exclusão da Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) do Simples Nacional, esta deverá entregar a Defis, abrangendo os fatos geradores ocorridos no período em que esteve na condição de optante, até o último dia do mês de março do ano-calendário subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores.

Art. 13. Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de entrega da ECD, na forma prevista no **caput**, não se aplica à incorporadora nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

- Art. 14. No caso de extinção decorrente de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total ocorrida no ano-calendário de 2012, a pessoa jurídica extinta deverá apresentar a Declaração de Serviços Médico e de Saúde (Dmed) 2012, relativa ao ano-calendário de 2012, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do evento.
- Art. 14-A. Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCont) deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.
- § 1º A obrigatoriedade de entrega do FCont, na forma prevista no **caput**, não se aplica à incorporadora, nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.
- § 2º Para os casos de cisão, cisão parcial, fusão, incorporação ou extinção ocorridos em 2011, depois do mês de outubro de 2011, e em 2012, até o mês de maio de 2012, a apresentação do Fcont deverá ocorrer até o último dia útil do mês de junho de 2012. (Acrescido pelo ADE Codac nº 62, de 11/06/2012)
- Art. 14-B. A EFD-Contribuições será transmitida mensalmente ao Sped até o 10 º (décimo) dia útil do 2 º (segundo) mês subsequente ao que se refira a escrituração, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial. (Incluído em 15 de janeiro de 2013, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.305, de 26 de dezembro de 2012.)

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderão efetuar a transmissão da EFD-Contribuições até o 10º (décimo) dia útil do mês de fevereiro de 2013:

- I em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos de 1º de março a 31 de dezembro de 2012, as pessoas jurídicas sujeitas a tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado, que desenvolvam as atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertidos no inciso I do art. 7º e no art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e
- II em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos de 1º de abril a 31 de dezembro de 2012, as pessoas jurídicas sujeitas a tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado, que desenvolvam as atividades relacionadas nos §§ 3º e 4º do art. 7º e nos incisos III a V do **caput** do art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011, combinado com o § 1º do art. 9º desta mesma lei.

Art. 15. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

# JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

# ANEXO ÚNICO

#### Agenda Tributária Junho de 2012

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

	Receita Federal do Brasil.			
Data de Vencimento	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) Rendimentos do Trabalho			
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior	2063		FG ocorrido no mesmo dia
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior Renda e proventos de qualquer natureza	0422 0473		FG ocorrido no mesmo dia
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas	0481		"
	(L8685/93) - Residentes no Exterior	5192		"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412		"
	Remuneração de direitos	9427		"
	Previdência privada e Fapi	9466		"
	Aluguel e arrendamento Outros Rendimentos	9478		"
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217		FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107		Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438		Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434		FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)			
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442		FG ocorrido no mesmo dia
realização do	Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta de Espetáculos Desportivos - CNPJ - Retenção e recolhimento efetuado por entidade promotora do espetáculo (federação ou confederação), em seu próprio nome.			Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)		4316	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
pagamento das	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)  CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684		Maio/2012

		~	~	B (
Data de			Código	Período de
Vencimento	Tributos	Darf	GPS	Apuração do
				Fato Gerador (FG)
				()
Data de	Declamatória Trabalhiata NIT/DIS/Decan		1708	Môs do prostação do
1	Reclamatória Trabalhista - NIT/PIS/Pasep		1/08	Mês da prestação do
vencimento do	D. 1		2001	serviço
	Reclamatória Trabalhista - CEI		2801	"
da ocorrência	Reclamatória Trabalhista - CEI - pagamento exclusivo para outras			
	entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)		2810	"
(vide art. 11 do	Reclamatória Trabalhista - CNPJ		2909	"
ADE Codac nº 55	Reclamatória Trabalhista - CNPJ - pagamento exclusivo para outras			
de 2012)	entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)		2917	"
5	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Capital			
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053		21 a 31/maio/2012
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426		"
1	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800		11
	Fundo de Investimento em Ações	6813		"
1		5273		"
	Operações de swap			"
-	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468		"
1	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557		,,
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº-			
	9.249/95)	5706		"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232		"
	Demais rendimentos de capital	0924		"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior			
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento			
	Coletivo	5286		21 a 31/maio/2012
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos			
	Externos/Lucros/Bonificações/Dividendos	0490		"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453		"
1	Outros Rendimentos	7.00		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916		21 a 31/maio/2012
	Prêmios obtidos em bingos	8673		21 a 31/111a10/2012
	·	9385		"
	Multas e vantagens	9383		
_				
5	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou			
	Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)			
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150		21 a 31/maio/2012
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893		"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290		"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220		"
	Aplicações Financeiras	6854		"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895		"
	Seguros	3467		"
1	Ouro, Ativo Financeiro	4028		"
†		.020		
5	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público			
	(CPSS)			
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661		21 a 31/maio/2012
1				41 a 31/111a10/4014
}	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700		"
1	CPSS - Pensionista Civil	1717		
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-	17.00		
	Orçamentária	1769		"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-			
	Orçamentária	1814		"

	Junno de 2012	~		
Data de		Código	Código	
Vencimento	Tributos	Darf	GPS	Apuração do
				Fato Gerador (FG)
5	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público			
	(CPSS)			
	CPSS - Decisão Judicial Mandado de Segurança	1690		21 a 31/maio/2012
	CPSS - Patronal - Decisão Jud Mandado Segurança - Operação Intra-			
	Orçamentária	1808		"
	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público			
	-CNPJ		7307	1º a 31maio/2012
	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público			
	- CNPJ - estoque		7315	"
8	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	1020		3.5 . /2012
	Cigarros do código 2402.20.00 da Tipi	1020		Maio/2012
8	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
0	Outros Rendimentos			
	Juros de empréstimos externos	5299		Maio/2012
	Julos de empresumos externos	3299		WIAIO/2012 
13	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
13	Rendimentos de Capital			
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053		1º a 10/junho/2012
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426		" " "
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800		"
	Fundo de Investimento em Ações	6813		"
	Operações de swap	5273		,,
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557		"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº—	5706		"
	9.249/95)	3700		
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232		"
	Demais rendimentos de capital	0924		"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior	٠,		
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento			1º a 10/junho/2012
	Coletivo	5286		
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos			
	Externos/Lucros/Bonificações/Dividendos	0490		"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453		"
	Outros Rendimentos			
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916		1º a 10/junho/2012
	Prêmios obtidos em bingos	8673		""
	Multas e vantagens	9385		"
13	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou			
	Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)			
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150		1º a 10/junho/2012
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893		"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290		"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220		"
	Aplicações Financeiras	6854		"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895		" "
	Seguros	3467		" "
	Ouro, Ativo Financeiro	4028		"

	Junno de 2012			
Data de		Código	Código	Período de
Vencimento	Tributos	Darf	GPS	Apuração do
	1110	2	01.0	Fato Gerador (FG)
				Futo Geruuor (FG)
15	Contribuição para o PIS/Pasep			
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito			
	privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952		16 a 31/maio/2012
				10 a 51/111a10/2012
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5979		"
	Retenção - Aquisição de autopeças	3770		"
15	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social			
10	(Cofins)			
	,			
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito			
	privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952		16 a 31/maio/2012
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5960		"
	Retenção - Aquisição de autopeças	3746		"
	recenção riquisição de autopoção	3710		
15	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)			
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito			
	privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952		16 a 31/maio/2012
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5987		"
	Retenção - pagamentos de F3 a F3 de difeito privado	3901		
15	Cide - Combustíveis - Contribuição de Intervenção no Domínio			
	Econômico incidente sobre a comercialização de petróleo e seus			
	derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus			
		0221		M-:-/2012
	derivados, e álcool etílico combustível.	9331		Maio/2012
15	Cide - Remessas ao Exterior - Contribuição de Intervenção no			
	Domínio Econômico incidente sobre a remessa de importâncias ao			
	exterior nas hipóteses tratadas no art. 2º da Lei nº 10.168/2000,			
		05.41		35 : /2012
	alterado pelo art. 6º da Lei nº 10.332/2001.	8741		Maio/2012
15	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público			
	(CPSS)			
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661		1º a 10/junho/2012
				1- a 10/junno/2012
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700		
	CPSS - Pensionista Civil	1717		"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-			
	Orçamentária	1769		"
	,	1,07		
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-	1014		"
	Orçamentária	1814		
	CPSS - Decisão Judicial Mandado de Segurança	1690		"
	CPSS - Patronal - Decisão Jud Mandado Segurança - Operação			
	Intra-Orçamentária	1808		"
	initia Organioniuma	1000		
15	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público			
	(CPSS)			
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição			
	de Pequeno Valor	1723		Maio/2012
				1V1A1U/ ZU1Z
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição			
	de Pequeno Valor	1730		"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de			
	Pequeno Valor	1752		"
	CPSS - Patronal - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno			
				"
	Valor - Operação Intra-Orçamentária	1837		"
	-			

Data de		Código	Código	Período de
encimento (	Tributos 1708	Darf	GPS	Apuração do
	11.00.051700	Duij	GI S	Fato Gerador (FG)
1.7			1007	10 21/ : /2012
15	Contribuinte Individual - recolhimento mensal NIT/PIS/Pasep		1007	1º a 31/maio/2012
	Contribuinte Individual - recolhimento mensal - com dedução de		1120	,,
	45% (Lei nº 9.876/99) - NIT/PIS/Pasep		1120	
	Contribuinte Individual - Opção: aposentadoria apenas por idade -		11.60	,,
	recolhimento Mensal - NIT/PIS/Pasep		1163	,,
	Segurado Facultativo - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1406	"
	Facultativo - Opção: aposentadoria apenas por idade - recolhimento			,,
	mensal - NIT/PIS/Pasep		1473	
	Segurado Especial - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1503	**
	Empregado Doméstico - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1600	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - Complemento			
	para Plano Simplificado da Previdência Social - PSPS - Lei nº			
	12.470/2011		1830	"
	MEI - Complentação Mensal		1910	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1929	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - Complemento		1945	"
20	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta			
	Serviços	2985		Maio/2012
	Indústria	2991		"
20	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
20	Rendimentos de Capital			
	Aluguéis e royalties pagos a pessoa física	3208		Maio/2012
	Rendimentos de partes beneficiárias ou de fundador	3277		W110/2012
	Rendimentos de partes beneficiarias ou de fundador  Rendimentos do Trabalho	3211		
		0561		Maia/2012
	Trabalho assalariado	0561		Maio/2012
	Trabalho sem vínculo empregatício	0588		
	Resgate previdência privada e Fapi	3223		" "
	Benefício ou resgate de previdência privada e Fapi	5565		"
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça do Trabalho,			
	exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	5936		"
	Rendimentos Acumulados - art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	1889		"
	Outros Rendimentos			
	Remuneração de serviços prestados por pessoa jurídica	1708		Maio/2012
	Pagamentos de PJ a PJ por serviços de factoring	5944		"
	Pagamento PJ a cooperativa de trabalho	3280		"
	Juros e indenizações de lucros cessantes	5204		"
	Vida Gerador de Beneficio Livre (VGBL)	6891		"
	Indenização por danos morais	6904		"
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça Federal, exceto o			
	disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	5928		"
	Outros Rendimentos			
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça dos			Maio/2012
	Estados/Distrito Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº			ITHIU/ HUIH
	7.713, de 1988	1895		
	Demais rendimentos	8045		"
20	Contribuição para o PIS/Pasep			
20	Entidades financeiras e equiparadas	4574		Maio/2012
	Entraction interior coquipments	73/7		111410/2012
20	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	700-		3.5 . /80-5
	Entidades financeiras e equiparadas	7987		Maio/2012

Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissidio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CPI - Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissidio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CPI - pagamento exclusivo para outras entidades (Seex, Ses.) Sena, etc) - Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissidio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CPPJ - Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissidio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CPPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Seex, Sesi, Sena, etc) - 2976  20 Simples - CNPJ - Empresas optantes pelo Simples - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de producio rural do produtor rural pessoa fisica.  Empresas optantes pelo Simples - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transportador rodoviário autônomo - Empresas em geral - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Seex, Sesi, Sena, etc.) - Cooperativa de Trabalho - CNPJ - contribuição descontada do cooperado - Lei nº 10.666/2003.  Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Seex, Sesi, Sena, etc.) - COoperativa de Trabalho - CNPJ - contribuição descontada do cooperado - Lei nº 10.666/2003.  Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Seex, Sesi, Sena, etc.) - Filantrópicas com isenção - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Seex, Sesi, Sena, etc.) - Filantrópicas com isenção - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produtor rural do produtor rural pessoa fisica.  Orgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo - Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receaita Bruta a Titulo de Patrocinio, Licenciamento de Uso de Marcas e Simbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em sea próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar) - Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa presta	Data de Vencimento	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
para outras entidades (Sese, Sesi, Senai, etc) Acordo Perante Comissido de Conciliação Prévia - Dissidio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ - Pagamento exclusivo para outras entidades (Sese, Sesi, Senai, etc)  20 Simples - CNPJ Empresas optantes pelo Simples - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produto rural pessoa fisica Empresas optantes pelo Simples - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transportador rodoviário autónomo.  Empresas em geral - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sese, Sesi, Senai, etc.)  Cooperativa de Trabalho - CNPJ - contribuição descontada do cooperado - Lei nº 10.666/2003 .  Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sese, Sesi, Senai, etc.)  Pilantrópicas com isenção - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural pessoa física .  Orgão do Poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural pessoa física .  Orgão do Poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural pessoa física .  Orgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural pessoa física .  Orgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural pessoa física .  Orgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física .  Orgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física .  Orgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produção prod	20	Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEÍ Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou		2852	Diversos
Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ - Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sese, Sesi, Senai, etc.)  20 Simples - CNPJ Empressa optantes pelo Simples - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física.  Empressa optantes pelo Simples - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transportador rodoviário autónomo.  Empressa em geral - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sese, Sesi, Senai, etc.)  Cooperativa de Trabalho - CNPJ - contribuição descontada do cooperado - Lei nº 10.666/2003.  Empressa em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sese, Sesi, Senai, etc.)  Filantrópicas com isenção - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sese, Sesi, Senai, etc.)  Filantrópicas com isenção - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sese, Sesi, Senai, etc.)  Filantrópicas com isenção - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produto rural pessoa física.  Orgão do Poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produto rural pessoa física.  Orgão do Poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produto rural pessoa física.  Orgão do Poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produto rural pessoa física.  Orgão do Poder público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo  Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Titulo de Patrocinio, Licenciamento de Uso de Marcas e Simbolos, Publicidade, Propagama e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Seara)  Contribuição retida sobre NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CII (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, auturquia e funda		para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc)		2879	"
para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc)  20 Simples - CNPJ Empresas optantes pelo Simples - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produtor rural do produtor rural pessoa física.  Empresas optantes pelo Simples - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transportador rodoviário autônomo.  Empresas em geral - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)  Cooperativa de Trabalho - CNPJ - contribuição descontada do cooperado - Lei nº 10.666/2003.  Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)  Cooperativa de Trabalho - CNPJ - contribuição descontada do cooperado - Lei nº 10.666/2003.  Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)  Filantrópicas com isenção - CNPJ  Filantrópicas com isenção - CNPJ  Orgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural pessoa física.  Orgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo  Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional-Receita Bruta a Título de Patrofnio, Licenciamento de Uso de Marcas e Simbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocimadora em seu próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar)  Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Contribuição retida sobre NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo  Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo		Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou		2950	"
Empresas optantes pelo Simples - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física.  Empresas optantes pelo Simples - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transportador rodoviário autônomo.  Empresas em geral - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)  Cooperativa de Trabalho - CNPJ - contribuição descontada do cooperado - Lei nº 10.666/2003.  Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)  Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)  Filantrópicas com isenção - CNPJ  Filantrópicas com isenção - CNPJ  Orgãos do poder público - CNPJ  Orgãos do poder público - CNPJ  Orgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física.  Orgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo  Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Simbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetículos - CNPJ - reconfiziação e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço voi do rgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Contribuição retida sobre NF/Fatura da empresa prestadora de serviço voi do rgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Comercialização da produção rural - CEI  uso exclusivo do órgão do poder público - administ				2976	"
aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física.  Empresas optantes pelo Simples - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transportador rodoviário autônomo.  Empresas em geral - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesí, Senai, etc.)  Cooperativa de Trabalho - CNPJ - contribuição descontada do cooperado - Lei nº 10.666/2003.  Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesí, Senai, etc.)  Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesí, Senai, etc.)  Filantrópicas com isenção - CNPJ  Filantrópicas com isenção - CNPJ  Filantrópicas com isenção - CEI - 2321 "  Örgãos do poder público - CNPJ  Örgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física.  Örgão do Poder público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo  Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional-Receita Bruta a l'Itulo de Patrocinio, Licenciamento de Uso de Marcas e Símbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - recophimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ  Comercialização a produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar)  Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (suo exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI Contribuição retida sobre opoder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo  Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo	20	*		2003	1º a 31/maio/2012
contratação de transportador rodovíario autônomo. Empresas em geral - CNPJ Empresas em geral - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)  Cooperativa de Trabalho - CNPJ - contribuição descontada do cooperado - Lei nº 10.666/2003. Empresas em geral - CEI Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.) Filantrópicas com isenção - CNPJ Filantrópicas com isenção - CNPJ Filantrópicas com isenção - CNPJ Gragos do poder público - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física. Orgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Simbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetâculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome. Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo		aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física.		2011	"
Empresas em geral - CNPJ Empresas em geral - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sees, Sesi, Senai, etc.)  Cooperativa de Trabalho - CNPJ - contribuição descontada do cooperado - Lei nº 10.666/2003.  Empresas em geral - CEI Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sees, Sesi, Senai, etc.)  Filantrópicas com isenção - CNPJ Filantrópicas com isenção - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física. Orgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Titulo de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Simbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo				2020	"
entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.) Cooperatoriva de Trabalho - CNPJ - contribuição descontada do cooperado - Lein e 10.666/2003. Empresas em geral - CEI Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.) Filantrópicas com isenção - CNPJ Filantrópicas com isenção - CNPJ Filantrópicas com isenção - CEI Orgãos do poder público - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física. Orgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional-Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Simbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome. Comercialização da produção rural - CNPJ Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ Contribuição retida sobre a NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo		Empresas em geral - CNPJ		2100	"
cooperado - Lei nº 10.666/2003. Empresas em geral - CEI Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.) Filantrópicas com isenção - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física. Orgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Simbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome. Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo		entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)		2119	"
Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.) Filantrópicas com isenção - CNPJ Filantrópicas com isenção - CNPJ Filantrópicas com isenção - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física. Orgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Símbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome. Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo		·		2127	,,
Empresas em geral - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)  Filantrópicas com isenção - CNPJ Filantrópicas com isenção - CEI Örgãos do poder público - CNPJ Örgãos do poder público - CEI Örgãos do poder público - CEI Örgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física. Örgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Simbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo				•	
entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.) Filantrópicas com isenção - CNPJ Filantrópicas com isenção - CEI Orgãos do poder público - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física. Orgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Símbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome. Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo				2208	
Filantrópicas com isenção - CNPJ Filantrópicas com isenção - CEI Órgãos do poder público - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ Orgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física. Órgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Símbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome. Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo				2216	"
Filantrópicas com isenção - CEI Órgãos do poder público - CNPJ Órgãos do poder público - CNPJ Órgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física. Órgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Símbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI					"
Órgãos do poder público - CNPJ Órgãos do poder público - CEI Órgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física. Órgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Símbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo		* '		1	,,
Órgãos do poder público - CEI Órgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física. Órgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Símbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome. Comercialização da produção rural - CNPJ Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo					"
Órgãos do poder público - CNPJ - recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física.  Órgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo  Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Símbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo				ł	"
produto rural do produtor rural pessoa física.  Órgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autónomo  Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Símbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ  Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ  Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Contribuição retida sobre NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI  (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Comercialização da produção rural - CEI  Comercialização da produção rural - CEI  Comercialização da produção rural - CEI  Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo				2429	
Órgão do Poder Público - CNPJ - recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo       2445         Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Símbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.       2500         Comercialização da produção rural - CNPJ - Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar)       2615         Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)       2631         Contribuição retida sobre NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI       2658         Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI       2658         Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI       2682         Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo       2704				2/37	"
transporte rodoviário autônomo     Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocinio, Licenciamento de Uso de Marcas e Símbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.     Comercialização da produção rural - CNPJ     Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar)     Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ     Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)     Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI     (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)     Comercialização da produção rural - CEI     Comercialização da produção rural - CEI     Comercialização da produção rural - CEI     Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo				2437	
Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Marcas e Símbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI Comercialização da produção rural - CEI Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo		,		2445	"
e Símbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos - CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo		Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional -		2443	
CNPJ - retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo					
seu próprio nome.  Comercialização da produção rural - CNPJ Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo					
Comercialização da produção rural - CNPJ Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo		,		2500	"
Comercialização da produção rural - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ  Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI  (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Comercialização da produção rural - CEI  Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo		1		1	"
para outras entidades (Senar)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ  Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI  (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Comercialização da produção rural - CEI  Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo					
Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CNPJ  Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI  Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI  (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Comercialização da produção rural - CEI  Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo		, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		2615	"
serviço - CNPJ Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo					
Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo		,		2631	"
CNPJ (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI  Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI  (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Comercialização da produção rural - CEI  Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo					
Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviço - CEI  Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI  (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Comercialização da produção rural - CEI  Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo				2640	"
serviço - CEI  Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI  (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Comercialização da produção rural - CEI  Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo					
Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI (uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta, autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal) Comercialização da produção rural - CEI Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo				2658	"
autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)  Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo  2682 "  2704 "		Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviço - CEI			
Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo "  Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo "		(uso exclusivo do órgão do poder público - administração direta,			
Comercialização da produção rural - CEI - pagamento exclusivo		autarquia e fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)		2682	"
				2704	"
para outras entidades (Senar) 2712 "					
		para outras entidades (Senar)		2712	"

r	Junno de 2012	~	~	
Data de		Código	Código	Período de
Vencimento	Tributos	Darf	GPS	Apuração do
				Fato Gerador (FG)
				, , ,
20	Pagamento de parcelamento administrativo - número do título			
	de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		4308	Diversos
	Pagamento de dívida ativa parcelamento - referência		4300	Diversos
	(preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6106	"
•			0100	
	Comprev - pagamento de dívida ativa - parcelamento de regime		(505	"
	próprio de previdência social RPPS - órgão do poder público -		6505	· ·
	referência			
20		DAG		35 : /2012
20	Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação	DAS		Maio/2012
	de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e	(Documento de Arrecadação		
	Empresas de Pequeno Porte.	do Simples		
		Nacional)		
20	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)			
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações			
	Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		Maio/2012
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações	1068		
	Imobiliárias e às Construções no âmbito do PMCMV (IRPJ,			
	CSLL, PIS/Pasep, Cofins)			"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações			
	Imobiliárias e às Construções	4112		"
20	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)			
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações			
	Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		Maio/2012
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações			
	Imobiliárias e às Construções no âmbito do PMCMV (IRPJ,			
	CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações	1000		
	Imobiliárias e às Construções	4153		"
	iniooniarias e as construções	4133		
20	Contribuição para o PIS/Pasep			
20	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações			
	Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		Maio/2012
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações	4073		W1410/2012
	Imobiliárias e às Construções no âmbito do PMCMV (IRPJ,			
	CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações	1000		
	Imobiliárias e às Construções	4138		"
	inioonianas e as construções	7130		
20	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social			
	(Cofins)			
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações			
	Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofin	4095		Maio/2012
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações	1075		111010/2012
	Imobiliárias e às Construções no âmbito do PMCMV (IRPJ,			
	CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações	1000		
	Imobiliárias e às Construções	4166		"
	imoomanas e as Construções	7100		

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
25	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Capital			
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053		11 a 20/junho/2012
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426		"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800		"
	Fundo de Investimento em Ações	6813		"
	Operações de swap	5273		"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557		"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706		"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232		"
	Demais rendimentos de capital	0924		"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior	0,2.		
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento			
	Coletivo	5286		11 a 20/junho/2012
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos	3200		11 a 20/junno/2012
	Externos/Lucros/Bonificações/Dividendos	0490		"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453		"
	Outros Rendimentos	)433		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916		11 a 20/junho/2012
		8673		11 a 20/junno/2012
	Prêmios obtidos em bingos	9385		"
	Multas e vantagens	9383		
25	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)			
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150		11 a 20/junho/2012
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893		"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290		"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220		"
	Aplicações Financeiras	6854		"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895		"
	Seguros	3467		"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028		"
25	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	5110		35 - /2012
	Cigarros do código 2402.90.00 da Tipi	5110		Maio/2012
	Todos os produtos, com exceção de: bebidas (Capítulo 22), cigarros			
	(códigos 2402.20.00 e 2402.90.00) e os das posições 84.29, 84.32, 84.33,			
	87.01 a 87.06 e 87.11 da Tipi	5123		"
	Bebidas do capítulo 22 da Tipi	0668		"
	Cervejas - Regime Especial de Tributação previsto no art. 58-J da Lei			
	nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.	0821		"
	Demais bebidas - Regime Especial de Tributação previsto no art. 58-J			
	da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.	0838		"
25	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)			
	Posição na Tipi Produto			
	87.03 Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis			
	principalmente concebidos para transporte de pessoas (exceto			
	os da posição 87.02), incluídos os veículos de uso misto			
	("station wagons") e os automóveis de corrida;	0676		Maio/2012
	87.06 Chassis com motor para os veículos automóveis das posições			
	87.01 a 87.05;	0676		"

Data de	Junno de 2012	Cádigo	Código	Período de
Vencimento	Tributos	Darf	GPS	Apuração do
				Fato Gerador (FG)
25	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)			
	Posição na Tipi Produto			
	84.29 "Bulldozers", "angledozers", niveladores, raspo-transportadores			
	("scrapers"), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás			
	carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores,			
	autopropulsados;	1097		Maio/2012
	84.32 Máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola ou florestal, para			
	preparação ou trabalho do solo ou para cultura; rolos para			
	gramados (relvados), ou para campos de esporte;	1097		***
	84.33 Máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos			
	agrícolas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem;			
	cortadores de grama (relva) e ceifeiras; máquinas para limpar ou			
	selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, exceto as da			
	posição 84.37;	1097		"
	87.01 Tratores (exceto os carros-tratores da posição 87.09);	1097		"
	87.02 Veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais,	1007		"
	incluindo o motorista;	1097		"
	87.04 Veículos automóveis para transporte de mercadorias;	1097		"
	87.05 Veículos automóveis para usos especiais (por exemplo: auto-			
	socorros, caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndios,			
	caminhões-betoneiras, veículos para varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas, veículos radiológicos), exceto os			
	concebidos principalmente para transporte de pessoas ou de			
	mercadorias;	1097		"
	87.11 Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados	1097		
	com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais.	1097		"
25	Contribuição para o PIS/Pasep			
	Faturamento	8109		Maio/2012
	Folha de salários	8301		"
	Pessoa jurídica de direito público	3703		"
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8496		"
	Combustíveis	6824		"
	Não-cumulativa	6912		"
	Vendas à Zona França de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1921		
	Cervejas - Regime Especial de Tributação previsto no art. 58-J da Lei nº 10 833 da 20 da decembro de 2003	0679		"
	10.833, de 29 de dezembro de 2003.  Demais bebidas - Regime Especial de Tributação previsto no art. 58-J da	00/9		
	Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.	0691		"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §º 4º do	0091		
	art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0906		"
25	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)			
	Demais Entidades	2172		Maio/2012
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8645		"
	Combustíveis	6840		"
	Não-cumulativa	5856		"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1840		"
	Cervejas - Regime Especial de Tributação previsto no art. 58-J da Lei nº			
	10.833, de 29 de dezembro de 2003.	0760		"
	Demais bebidas - Regime Especial de Tributação previsto no art. 58-J da			
	Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.	0776		"
1	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §º 4º do			
	art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0929		"

Data de	Junno de 2012	Código	Código	Período de
Vencimento	Tributos	Darf	GPS	Apuração do
				Fato Gerador (FG)
25	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor	-		
-	Público (CPSS)			
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661		11 a 20/junho/2012
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700	l i	"
	CPSS - Pensionista Civil	1717	1	"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-			
	Orçamentária	1769		"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-			
	Orçamentária	1814		"
	CPSS - Decisão Judicial Mandado de Segurança	1690		"
	CPSS - Patronal - Decisão Jud Mandado Segurança -	1000		"
	Operação Intra-Orçamentária	1808		"
29	Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF)			
	Recolhimento mensal (Carnê Leão)	0190		Maio/2012
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos	4600	İ	11
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos e nas	İ	İ	
	liquidações e resgates de aplicações financeiras, adquiridos em			
	moeda estrangeira	8523		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsa	6015		"
	3ª Quota do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual	0211		Ano-calendário de 2011
29	Importo cobre Operações do Crédito Câmbio e Seguro en	-		
29	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)			
	Contrato de Derivativos	2927		Maio/2012
			İ	
29	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Capital			
	Fundos de Investimento Imobiliário - Rendimentos e	5000		35 . (2012
	Ganhos de Capital Distribuídos	5232		Maio/2012
29	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)			
	PJ obrigadas à apuração com base no lucro real			
	Entidades Financeiras		İ	
	Balanço Trimestral (3ª quota)	1599	] [	Janeiro a Março/2012
	Estimativa Mensal	2319		Maio/2012
	Demais Entidades	0222		T 1 38 /004
	Balanço Trimestral (3ª quota) Estimativa Mensal	0220		Janeiro a Março/2012
	PJ não obrigadas à apuração com base no lucro real	2362		Maio/2012
	Optantes pela apuração com base no lucro real			
	Balanço Trimestral (3ª quota)	3373	i	Janeiro a Março/2012
	Estimativa Mensal	5993		Maio/2012
	Lucro Presumido (3ª quota)	2089		Janeiro a Março/2012
	Lucro Arbitrado (3ª quota)	5625		II .
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa - Lucro Real	3317		Maio/2012
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa - Lucro	0221		"
	Presumido ou Arbitrado  EINOP/Palanca Trimestral Oneão art 0º de Lei nº	0231		.,
	FINOR/Balanço Trimestral - Opção art. 9º da Lei nº-8.167/91 (3ª quota)	9004		Janeiro a Março/2012
	FINOR/Estimativa - Opção art. 9º da Lei nº 8.167/91	9004		Maio/2012
	11.010 Estimativa Opyao art. 7 da Eor II 0.10//71	'01'		171 <b>41U/ 2U 1</b> 2

Data de Venciment o	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
29	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)			, , ,
	FINAM/Balanço Trimestral - Opção art. 9º da Lei nº 8.167/91 (3º quota) FINAM/Estimativa - Opção art. 9º da Lei nº 8.167/91	9020 9032		Janeiro a Março/2012 Maio/2012
	FUNRES/Balanço Trimestral - Opção art. 9º da Lei nº 8.167/91 (3ª quota) FUNRES/Estimativa - Opção art. 9º da Lei nº 8.167/91	9045 9058		Janeiro a Março/2012 Maio/2012
	Ganho de Capital - Alienação de Ativos de ME/EPP optantes pelo Simples Nacional	0507		11
29	Contribuição para o PIS/Pasep Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito			
	privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL) Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado Retenção - Aquisição de autopeças	5952 5979 3770		1º a 15/junho/2012 " "
29	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)			
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)  Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5952 5960		1º a 15/junho/2012
	Retenção - Aquisição de autopeças	3746		"
29	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)  Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)  Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5952 5987		1º a 15/junho/2012 "
29	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)  PJ que apuram o IRPJ com base no lucro real  Entidades Financeiras	_		
	Balanço Trimestral (3ª quota) Estimativa Mensal Demais Entidades	2030 2469		Janeiro a Março/2012 Maio/2012
	Balanço Trimestral (3ª quota) Estimativa Mensal PJ que apuram o IRPJ com base no lucro presumido ou	6012 2484		Janeiro a Março/2012 Maio/2012
	arbitrado (3ª quota)	2372		Janeiro a Março/2012
29	Programa de Recuperação Fiscal (Refis) Parcelamento vinculado à receita bruta Parcelamento alternativo ITR/Exercícios até 1996	9100 9222 9113		Diversos
	ITR/Exercícios a partir de 1997	9126		"
29	Parcelamento Especial (Paes) Pessoa física Microempresa Empresa de pequeno porte Demais pessoas jurídicas	7042 7093 7114 7122		Diversos " " "
	Paes ITR	7288		"
29	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 1º MP nº 303/2006 Pessoa jurídica optante pelo Simples Demais pessoas jurídicas	0830 0842		Diversos "

	Junno de 2012			
Data de Vencimento	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
29	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 8º MP nº 303/2006 Pessoa jurídica optante pelo Simples	1927		Diversos
29	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 9º MP nº 303/2006 Pessoa jurídica optante pelo Simples	1919		Diversos
29	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 767/2007 Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0285		Diversos
29	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7º § 4º IN/RFB nº 767/2007 Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional		4324	Diversos
29	Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional - 2009 Art. 7º § 3º IN/RFB nº 902/2008 Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0873		Diversos
29	Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional - 2009 Art. 7º § 4º IN/RFB nº 902/2008 Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional		4359	Diversos
29	Parcelamento Lei nº 11.941, de 2009 PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	1136 1165 1194 1204 1210 1233 1240 1279 1285		Diversos  " " " " " " " " " "
	Acréscimos Legais de Contribuinte Individual, Doméstico, Facultativo e Segurado Especial - Lei nº 8.212/91 NIT/PIS/Pasep GRC Trabalhador Pessoa Física (Contribuinte Individual, Facultativo, Empregado Doméstico, Segurado Especial) - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)  ACAL - CNPJ  ACAL - CEI  GRC Contribuição de empresa normal - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		1759 1201 3000 3107 3204	Diversos " " "

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
29	Pagamento de débito - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo			
	órgão emissor)		4006	Diversos
1	Pagamento/Parcelamento de débito - CNPJ		4103	"
1	Pagamento de débito administrativo - Número do título de cobrança			
	(preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		4200	"
İ	Depósito Recursal Extrajudicial - Número do Título de Cobrança -			
	Pagamento exclusivo na Caixa Econômica Federal (CDC=104)		4995	"
	Pagamento de Dívida Ativa Débito - Referência (Preenchimento			
	exclusivo pelo órgão emissor)		6009	"
	Pagamento de Dívida Ativa Ação Judicial - Referência			
	(Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6203	"
	Pagamento de Dívida Ativa Cobrança Amigável - Referência			
	(Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6300	"
	Pagamento de Dívida Ativa Parcelamento - Referência			
	(Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6408	"
	Comprev - pagamento de dívida ativa - não parcelada de regime			
	próprio de previdência social RPPS - órgão do poder público -			
	referência		6513	"

Data de apresentação: data em que se encerra o prazo legal para apresentação das principais declarações, demonstrativos e documentos exigidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil sem a incidência de multa.

8 1	Declarações, Demonstrativos e Documentos  De Interesse Principal das Pessoas Jurídicas  GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social  Dacon Mensal - Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais	Período de Apuração  1º a 31/maio/2012	
8 1	<b>GFIP</b> - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social	1º a 31/maio/2012	
8 ]	Previdência Social	1º a 31/maio/2012	
l I	Dacon Mensal - Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais	1º a 31/maio/2012	
	Mensal	Abril/2012	
	Envio, pelo Município, da relação de todos os alvarás para construção civil e documentos de habite-se concedidos.	1º a 31/maio/2012	
i - t - 0	EFD-Contribuições - Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins - Pessoas Jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real Contribuição Previdenciária sobre a Receita - Pessoas Jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 2011 - Pessoas Jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real (Alterado em 15 de janeiro de 2013, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.305, de 26 de dezembro de 2012.)	Abril/2012	
	DCTF Mensal - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – Mensal	Abril/2012	
	<b>DCide - Combustíveis -</b> Declaração de Dedução de Parcela da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico Incidente sobre a Importação e Comercialização de Combustíveis das Contribuições para o PIS/Pasep e Cofins	Junho/2012	
	<b>Derex -</b> Declaração sobre a Utilização dos Recursos em Moeda Estrangeira Decorrentes do Recebimento de Exportações	Ano-calendário de 2011	
	<b>DIPJ</b> - Declaração de Informações Econômico-fiscais das Pessoas Jurídicas - <b>PJ imunes e isentas</b>	Ano-calendário de 2011	
	DIPJ - Declaração de Informações Econômico-fiscais das Pessoas Jurídicas - Demais PJ	Ano-calendário de 2011	
29	ECD - Escrituração Contábil Digital	Ano-calendário de 2011	
29	Fcont - Controle Fiscal Contábil de Transição	Ano-calendário de 2011	
	De Interesse Principal das Pessoas Físicas		
	<b>GFIP</b> - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social	1º a 31/maio/2012	
	<b>Derex -</b> Declaração sobre a Utilização dos Recursos em Moeda Estrangeira Decorrentes do Recebimento de Exportações	Ano-calendário de 2011	
29	DOI - Declaração sobre Operações Imobiliárias	Maio/2012	